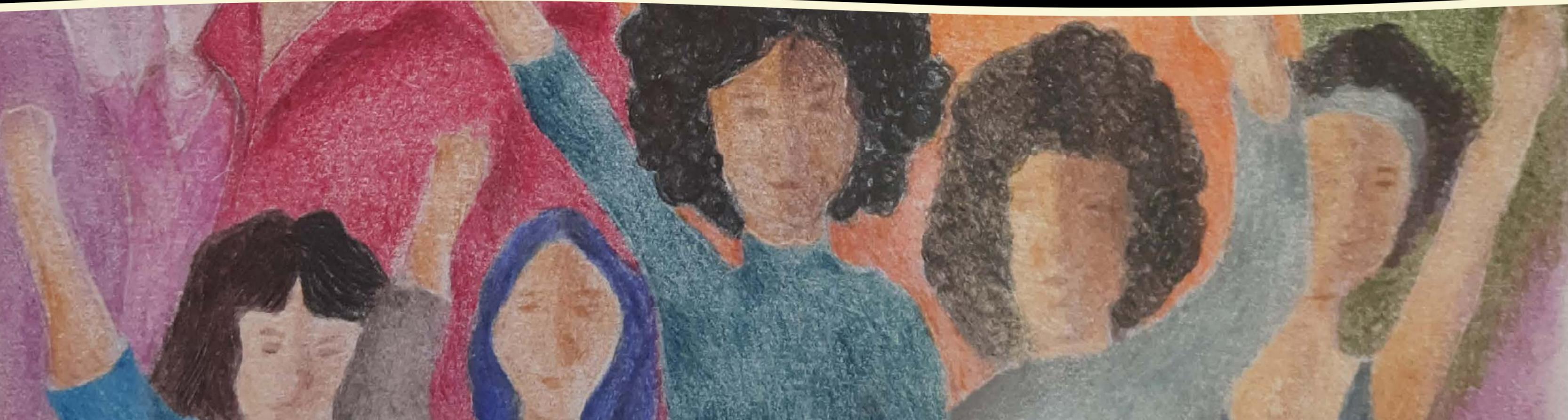
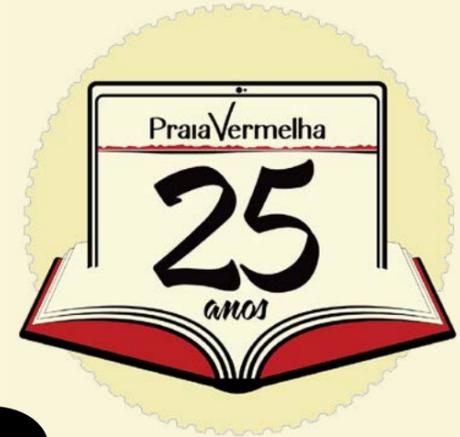


Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

Praia Vermelha

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Feminismos e Serviço Social

v.32 n.1

Jan-Jun/2022

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITORA
Denise Pires de Carvalho

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Denise Maria Guimarães Freire

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA
Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA
Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO
Fátima da Silva Grave Ortiz

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE
Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORA ASSOCIADA
Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITORAS AD HOC v.32 n.1
Gláucia Lelis Alves
Luana Siqueira

EDITOR TÉCNICO
Fábio Marinho

REVISÃO
Nicole Leal
Andréa Garcia Tippi (tradução; resenha)
Andrea Moraes Alves (temas livres; 8º ensaio)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL
Angela Santana do Amaral UFPE
Antônio Carlos Mazzeo USP
Arthur Trindade Maranhão Costa UNB
Christina Vital da Cunha UFF
Clarice Ehlers Peixoto UERJ
Elenise Faria Scherer UFAM
Ivanete Boschetti UFRJ
Jean François Yves Deluchey UFPA
Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ
Marcos César Alvarez USP
Maria Cristina Soares Paniago UFAL
Maria Helena Rauta Ramos UFRJ
Maria das Dores Campos Machado UFRJ
Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ
Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ
Ranieri Carli de Oliveira UFF
Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO
Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS
Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA
Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ

Publicação indexada em:
[Latindex](#)
[Portal de Periódicos da Capes](#)
[IBICT](#)
[Base Minerva UFRJ](#)
[Portal de Revistas da UFRJ](#)

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos
CEP 22.290-240
Rio de Janeiro - RJ

praiavermelha.ess.ufrj.br

(55) (21) 3938-5386

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social
/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

☞ Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

☞ Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.



Gláucia Lelis Alves. Sem Título, 2021.

Sumário

| | | | |
|-----------------------------|--|------------|---|
| ARTIGOS TRADUÇÃO | Relações entre a covid-19, sexismo e racismo no Brasil: uma análise da economia feminista <i>Margarita Olivera (tradução: Carolina Castellitti)</i> | 5 | |
| ARTIGOS TEMAS LIVRES | Pandemia e Saúde do trabalhador: uma análise sobre a precarização do trabalho <i>Ana Carolina de Freitas Campos & Mariane Suzze Pereira</i> | 24 | |
| EDITORIAL DOSSIÊ | Feminismos e Serviço Social <i>Gláucia Lelis Alves & Luana de Sousa Siqueira</i> | 42 | |
| ENSAIOS DOSSIÊ | Totalidade, reprodução social e divisão sexual-racial do trabalho no capitalismo dependente <i>Clara Gomide Saraiva</i> | 48 | |
| | Contribuições do método marxista para compreensão do enovelamento, consubstancia Opressão/Exploração <i>Qelli Viviane Dias Rocha</i> | 74 |  Você está aqui. |
| | Aleksandra Kollontai: Uma História de Ocupação dos Espaços Não Autorizados <i>Natalia Perdomo dos Santos</i> | 98 | |
| | Contribuciones de Clara Zetkin para entramados socialistas y feministas <i>María Cecilia Espasandín</i> | 124 | |
| | Pandemia da Covid-19 e divisão social do trabalho na (re)produção capitalista na atualidade <i>Camila Carduz Rocha</i> | 148 | |
| | Feminismo e Serviço Social no enfrentamento à violência obstétrica <i>Mirla Cisne & Raíssa Paula Sena dos Santos</i> | 173 | |
| | Formação acadêmico-profissional e o debate da humanização do parto numa perspectiva feminista-antirracista <i>Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso et alia</i> | 199 | |
| | A lei de alienação parental e a lei da guarda compartilhada obrigatória: para o melhor interesse da manutenção da violência contra mulheres/mães e crianças <i>Alessandra Pereira de Andrade & Sibebe de Lima Lemos</i> | 226 | |
| | (Des)criminalização do aborto e Serviço Social: desafios para o cotidiano profissional <i>Thais de Biazzi Oenning & Esther Luiza de Souza Lemos</i> | 245 | |
| | Experienciando uma formação feminista interseccional: Contribuições ao serviço social <i>Rachel Gouveia Passos et alia</i> | 263 | |
| RESENHA | Assistência Social em debate: interfaces de uma política em construção, de Fátima Valéria Ferreira de Souza (org.) <i>por Renato Francisco dos Santos Paula</i> | 279 |  |

Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Contribuições do método marxista para compreensão do enovelamento, consubstanciação Opressão/Exploração

Método
Opressão
Consubstanciação

O presente artigo tem por objetivo contribuir com a apreensão do método materialista histórico dialético nas mediações das relações sociais de gênero, raça e sexualidade, para tanto utilizamos a revisão bibliográfica sobre as categorias alienação, estranhamento, consubstanciação e Interseccionalidade. Apresentamos as diferenças entre tais categorias e as incongruências teóricas de Djamila Ribeiro e Akotirene. Ao assumirmos a defesa do posicionamento dos escritos de Heleith Saffioti e Mirla Cisne, apontamos como o capitalismo periférico e dependente se amalgama ao patriarcado e ao racismo se particularizando em nossa formação sócio-histórica.

Qelli Viviane Dias Rocha

Professora assistente do Departamento de Serviço Social (UFMT), mestre em serviço social pela Universidade Estadual Julio de Mesquita Filho- Franca- SP.
qellirocha@gmail.com

Contributions of the Marxist method to understanding of Oppression / Exploitation

This article aims to contribute to the understanding of the dialectical historical materialist method in the mediation of social relations gender, race and sexuality, for this purpose we use the bibliographic review on categories alienation, estrangement, Consubstance and Intersectionality.

Method
Oppression
Consubstance





Pela vida das mulheres! Por todos!

Escrever para o número da Revista Praia Vermelha do programa de pós-graduação em Serviço Social da “Escola” de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Janeiro, nunca foi tarefa fácil. E torna-se ainda maior diante da conjuntura conservadora e reacionária que vivenciamos desde a “eleição” de Jair Bolsonaro em 2018, pelo acirramento da crise orgânica do capital em sua fase expansiva “tsunami” manifestada desde 2008 e, também, pela pandemia causada pelo vírus Sars-COV-2 (Covid-19) que, no Brasil, no momento em que escrevemos este artigo, já ceifou mais de 450 mil vidas.

Portanto, se configurando como um dos momentos mais tenebrosos da humanidade, tanto pela situação da pandemia extrínseca à vontade humana, quanto pelos rumos e direcionamentos não tomados pelos governos e seus governantes para o enfrentamento do vírus; do empobrecimento de grande parcela da população, considerando as restrições impostas pelo isolamento social, necessário à “contenção da disseminação da doença”, sobretudo, pelo movimento do capital que por meio da expansão dos lucros, através da indústria farmacológica que numa corrida “belicosa” onera populações e estados, patenteando privadamente acesso à vacinação.

O Dossiê “Feminismo e Serviço Social” se constitui, portanto, como material científico e acadêmico vanguardista, que politicamente evidencia que a barbárie apresentada como “única possibilidade” de vida neste momento não é possível e factível para a classe trabalhadora e que, mais do que comemorar a trajetória de 30 anos deste influente periódico para a construção do conhecimento em Serviço Social, tal dossiê é, em nossa opinião, um assertivo e certo apontamento sobre táticas possíveis à organização da classe trabalhadora na América Latina e no Brasil, pois nos possibilita ampliar por meio de sucessivas aproximações quais são as refrações causadas pela crise orgânica do capitalismo, bem como, com os reflexos da pandemia para além de sua manifestação patológica, na vida e condição de vida do conjunto da classe trabalhadora sobretudo das mulheres negras.

Consoante com as diretrizes curriculares atualizadas em 1999, que recorrentemente tem se preocupado em superar a lógica da educação capitalista doutrinária que fragmenta o processo de





ensino-aprendizagem, buscando pela articulação indissociável entre os núcleos de: a) fundamentação teórico-metodológico da vida social; b) da formação sócio-histórica brasileira; e c) do trabalho profissional, consideramos que este dossiê é um oportuno espaço para podermos ratificar o projeto ético-político da profissão, bem como, nossos princípios profissionais, hoje também acirradamente em disputa.

Ao considerarmos que na sociedade de classes as ideias dominantes são as ideias da classe dominante (MARX, 2007), verificamos que ao abordar as contribuições das lutas das mulheres nesta conjuntura, disputamos os avanços históricos por nossa autonomia, emancipação política e econômica, nossa inserção no mercado formal de trabalho que ainda hoje se dá de forma desigual e iníqua, pois que, submetida às necessidades da produção e reprodução do sistema capitalista, nos obriga à uma jornada contínua de trabalho.

Não obstante, o terreno pantanoso em que nos movimentamos neste momento nos apresenta retrocessos, ao que pese os parcos direitos sociais por nós adquiridos ao final da última década do século XX e da primeira década e metade da segunda década do século XXI, no Brasil, não nos faz recuar frente às controversas e contradições agudizadas neste momento. Ao contrário... Objetivamos aqui evidenciar como foi e tem sido o movimento feminista e de mulheres a vanguardar a luta da classe trabalhadora e a denunciar o autoritarismo, que mesmo antes da “eleição” de Jair Bolsonaro apresentava retrocessos, como a deturpação da discussão da questão de gênero nas escolas (propositalmente denominado pela ala conservadora da Câmara dos Deputados de ideologia de gênero), que entre os anos de 2013 e 2018 protagonizou no Brasil a mais severa perseguição aos direitos civis e democráticos conquistado por nós, mulheres, no que tangem nossos direitos sexuais no âmbito produtivo e reprodutivo no processo de reprodução social. Também o conservadorismo frente aos parcos e residuais direitos adquiridos pela população LGTB e a população negra (com a provocativa falsa ideia de kit gay, e a falaciosa repetitiva ideia de democracia racial, ante a questão racial); reacionarismo que, por meio dos ataques à saúde sexual e reprodutiva, buscou a criminalização da prática de aborto em casos já assegurados constitucionalmente, cabendo salientar que todos estes retrocessos reacionários e





conservadores foram sedimentados por uma *blindagem do Estado*, que por meio de contrarreformas, como a trabalhista, previdenciária e a tentativa de reforma administrativa, tentaram e tentam ainda hoje obnubilar as entidades e organizações, movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos que enfrentam as imposições do Estado em uma de suas faces mais autoritárias.

Democracia, alienação e estranhamento; vicissitudes de uma face antitética

A constituição do Estado em sua modalidade blindada (DEMIER, 2018), ratificada pelo golpe institucional em 2016 com a destituição da presidenta Dilma Roussef, facilitou o caminho para o autoritarismo e a recusa dos direitos humanos. Tomada em sua mais superficial acepção à *Democracia*, que no sistema capitalista já é, em si, apenas adjetiva, se consolidou ainda mais, como antitética a este modo de produção (RANCIÈRE, 2017) que, segundo o autor, se constituem neste sistema de forma “residual”, uma vez que, apenas se restringe a um sistema representativo, cuja “essência” nega os conflitos e antagonismos existentes na luta de classe. Tornando-se apenas um conjunto de regras que definem um mínimo para se declarar um sistema representativo democrático;

mandatos eleitorais curtos, não acumuláveis, não renováveis, monopólio dos representantes do povo sobre a elaboração das leis, proibição de que o Estado represente o povo; redução ao mínimo de campanhas e gastos com campanha e controle de ingerências das potências econômicas nos processos eleitorais, dentre outros (RANCIÈRE, 2017, p. 92-93).

Entretanto, mesmo tão precária e residual compreensão de democracia, não mais é tolerada pelo modo de produção capitalista. As reformas trabalhistas, previdenciária e a administrativa implementadas desde o governo de conciliação de classes (2002-2016), ratificada pelo governo golpista de Michel Temer e neofacista de Jair Bolsonaro, não deixam sombras de dúvidas que, também a liberdade restrita ao exercício de consumo econômico, subjaz ao imperativo da desigualdade e da injustiça social que alimenta o “individualismo democrático” que é “pai” da sanha dos preconceitos e discriminações, das quais opressivamente sofrem mulheres, LGBTQs, negras/os, indígenas e outras populações equivocadamente denominadas de minorias.





Segundo Nelson Coutinho:

As objetivações da democracia – que aparecem como respostas, em determinado nível histórico-concreto da socialização do trabalho, ao desenvolvimento correspondente dos carecimentos de socialização da participação política – tornam-se valor na medida em que contribuíram, e continuam a contribuir, para explicitar as componentes essenciais contidas no ser genérico do homem social. E tornam-se valor universal na medida em que são capazes de promover essa explicitação em formações econômico-sociais diferentes, ou seja, tanto no capitalismo quanto no socialismo (COUTINHO, 1980, p. 24).

Considerando essa posição como assertiva politicamente, é possível vislumbrar que Coutinho trazia para teoria social, histórica, dialética e crítica do marxismo a necessidade de abrimo-nos para o pluralismo constitutivo da filosofia, ciência social, política e econômica, sobretudo pontuava certamente a necessidade de compreensão da classe trabalhadora em sua diversa heterogeneidade, portanto a Democracia como possibilidade tática ao estabelecimento de consensos diante da multiplicidade de sujeitos sociais e políticos existentes desde o final da década de 1960.

Também as contradições entre os limites da democracia, sobretudo das possibilidades, visto que corresponde à própria sociabilização do trabalho enquanto categoria ontológica, mas também o processo de sociabilização da riqueza por este produzido que, no caso das sociedades modernas, são apropriados pelos donos/as dos meios de produção a fim de acumulação de riqueza, por meio da separação dos/as trabalhadores/as dos instrumentos e meios de trabalho.

A compreensão da processualidade histórica como componente que encadeia e desencadeia processos revolucionários, cujo projetos democráticos podem abrir ou restringir caminhos ou estruturação de movimentos sociais e políticos, para além dos já reconhecidos partidos e sindicatos, fez com que Coutinho afirmasse ser necessária a disputa da Democracia, para além de sua condição subjetiva, mas substantiva em sentido Universal, mitigada por particularidades de formações sócio-histórica, tão controversas quanto a nossa, que se desenvolveu à base do trabalho escravo, da exportação de produtos primários, do estupro



das mulheres negras e genocídio dos povos indígenas, dentre outras características torpes.

Para Carlos Nelson, a democracia precisava ser tratada como valor universal porque era um valor em si e uma construção histórica que se fixara no horizonte da modernidade, abrindo-se assim, não como “caminho” ou “instrumento”, mas como plataforma de estruturação e impulsionamento de todos os movimentos políticos progressistas, reformadores. Ela não era somente base de um novo contrato social e um conjunto de “regras do jogo”, mas também uma pedagogia para a luta e para a transformação social. Ensinará aos homens o valor dos “outros”, a dignidade das pessoas, a tolerância, a relevância do diálogo, a complexidade da política e do político – fatores que se revestem de um extraordinário poder de contestação e de agregação cívica (NOGUEIRA, 2013, p. 4).

Entretanto, tais valores, como apontado por Demier (2018) e Rancière (2017), tornaram-se odiosos ao modo de produção capitalista, que ao postular sua repugnança, trata de blindar o Estado, a fim de que todas as demandas políticas e sociais coerentes com a relativa emancipação política tornem-se marginalizadas, e aqueles/as que os reivindicam sejam criminalizados/as.

Assim, apartados da riqueza socialmente produzida, apropriada e acumulada por menos de 1% da população, conforme nos apontam Arruza, Bhattacharya e Fraser no “*Feminismo para os 99% um manifesto*”(2019), nos “alocam” como maior parte da população pauperizada, explorada, expropriada e também significativamente alienada.

Nossa alienação se reafirma cotidianamente pelo processo de estranhamento, mediado por nossa separação dos meios de produção, fazendo-nos crer que, “como trabalhadores/as livres” - assalariados/as, entramos no “jogo da liberdade, fraternidade e igualdade”, sob as mesmas condições que os donos dos meios de produção.

Esta separação entre os *homens* e os meios de produção é a condição “*sine quo non*” dos processos que, tático e estrategicamente, nos afastam da apropriação coletiva da riqueza socialmente produzidas.



A categoria estranhamento (*Entfremdung*) que, decorre de como particularmente a força de trabalho é apropriada pelo modo de produção capitalista e transformada em mercadoria, acaba por designar nossas insuficiências para nossa autorrealização e realização sócio-histórico, ou seja, coletiva. E, também a categoria alienação (*Entäusserung*) que, embora possua caráter positivo, portanto uma dimensão ineliminável da vida, é, pelo sistema capitalista, responsável pela cisão entre as mediações ontológicas existentes entre o homem e a exteriorização/objetificação do seu trabalho.

Este processo que na totalidade é invisibilizado a fim de extrair da/o trabalhadora/o por meio da desapropriação da sua força vital de trabalho o máximo de exploração, constitui-se como principal e preponderante obstáculo para o próprio desenvolvimento pleno das forças produtivas e da substancialidade do gênero humano, ou seja, ser genérico.

Malgrado, a compreensão analítico, crítico, teórico e prática destas categorias é fundamental à formação e à prática profissional ao Serviço Social, pois este inscreve-se na divisão social e técnica do trabalho, intervindo nas manifestações da Questão Social¹.

Por ora, é preciso deixar evidente que a apropriação do trabalho no sistema capitalista, embora denote e conote liberdade de compra e venda de trabalho, não passa de uma forma fetichizada que acaba por esconder a relação complexa (entre o homem, natureza, instrumentos de trabalho e exteriorização, necessidades e desejos), comparecendo como uma relação entre coisas e não como uma relação social, em que a supressão, correspondência, saciedade e contemplação seja residual à relação ontológica entre o/a trabalhador/a e seu trabalho².

Esse “fetichismo” imanente ao modo de produção capitalista, como dito, se expressa na determinação deste modo de produção e reprodução, que torna o/a trabalhador/a, privado e alheio, à ineliminável atividade humana (o próprio trabalho).

No caso de tais categorias (alienação e estranhamento), apreendidos sob a óptica da força de trabalho da mulher, há que se considerar que, a alienação é ainda mais acentuada em sua forma negativada, visto que, por termos sido por muito tempo desconsideradas como “não humanas” sujeitos sociais e de direitos, cidadãs, fomos privadas do mundo formal de trabalho



e, com a divisão sexual neste modo de produção, tivemos nossos postos ou lócus de trabalho descaracterizados, e escamoteada à “natureza” nos foram atribuídos os espaços privados, o lar, doméstico.

A implementação da sociedade capitalista burguesa em sua fase industrial, inaugurada pela Revolução Francesa, tratou de estabelecer um modelo de família³ que lhe era correspondente. Arcaicamente o moderno travestido de novo, paradoxalmente, recapitulou com o veio romanesco à ideia da fragilidade feminina. Como é sabido, a Grécia enquanto “berço” da civilidade ocidental, é que instaurou os “arquétipos e estereótipos” que nos levam a apreender e transmitir os papéis e identidades do que se é, ainda hoje, considerado feminino.

A epistemologia greco-romana, reconhecidamente androcêntrica, fundada por Aristóteles, fincou pilares na cultura ocidental, que hegemonizada pela perspectiva europeia de dominação, forjou o “homem feito”, ideia de sujeito universal, dominador, conquistador, viril, combativo e possuidor de propriedade privada, que considerava como seres inferiores mulheres e escravos.

Se trazemos estes fatos históricos aqui, intuímos deixar evidente a contradição colocada pela ideia de sujeito universal e os propósitos da sociedade moderna inaugurada em sua fase industrial, que mesmo se orientando pelos preceitos de igualdade, fraternidade e liberdade, manteve por meio da família nuclear burguesa o cerceamento da mulher em relação à vida pública.

E, mesmo não se tratando de um continuísmo Camusiano (tal como no Mito de Sísifo), a “condição da mulher” ainda hoje é premida pelo espaço doméstico. O código Napoleônico, que se utilizou do direito natural e das bases filosóficas Rousseaurianas, estabeleceu a dicotomia entre o chamado razão (masculina) e cultura/natureza (feminino), donde equilíbrio está na desigualdade social, política e econômica estabelecida socialmente e historicamente, mas apresentada como natural, em que o homem é compreendido como ser forte e a mulher como ser fraco, portanto, passivo, sendo especialmente feita para agradar ao homem.

Entretanto, como aqui já afirmamos, se há inferioridade da mulher (feminina), suas causas e explicações não de ser buscadas no próprio processo histórico e dialético instaurado



pelo modo de produção capitalista que amalgamado ao racismo e ao patriarcado, sistemas que se tornam interdependentes, relativamente autônomos, tornam-se na sociedade moderna, consubstancias, enoveladas ao capitalismo.

Um método, uma categoria que nos aproxima da apreensão das particularidades de um único sistema?

Esta consubstancialidade é que pode nos oferecer chaves explicativas e aproximativas para compreendermos como apesar da nossa inserção no mercado formal de trabalho, ainda continuamos subvalorizadas e invisibilizadas. Neste ponto, é preciso elucidar que a categoria⁴ consubstancialidade não é um consenso entre os movimentos de mulheres e feministas, tampouco entre as pesquisadoras que discutem o feminismo na produção do conhecimento.

Em torno da categoria há muitas polêmicas, e aqui a defendemos pois, acreditamos ser, a que melhor apreende o método materialista histórico-dialético (método marxista) que desde o ponto de partida da investigação dialética da realidade social, por meio de sucessivas aproximações, apresenta a própria totalidade concreta. Entretanto, esta não é captável de modo imediato, pois dada as determinações sociais e históricas da realidade “não se apresenta aos Homens como objeto que cumpre intuir, analisar e compreender teoricamente, cujo polo oposto e complementar seja justamente o abstrato sujeito cognoscente, que existe fora do mundo e apartado do mundo” (KOSIK, 2010, p. 13).

Na perspectiva da teoria crítica histórico-dialética (marxiana), a apropriação do mundo real dada pela razão sensível, conduz à reprodução do real por intermédio das faculdades intelectuais ou, conforme Kosik (2010), por meio do concreto-pensado. Assim, “[...] o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto” (MARX, 2011, p. 54-55).

Neste sentido, as categorias são “formas” de “mapeamento” das relações reais, portanto, também concretas e materialmente determinadas. De acordo com Carvalho (2012), eis um aspecto importante da oposição ao idealismo hegeliano. A afirmação do



real em Marx se dá como concreticidade do mundo produzido e reproduzido material e espiritualmente pelos homens em seu processo de vida real.

[...] as categorias expressam formas de ser, determinações de existência, com frequência somente aspectos singulares dessa sociedade determinada, desse sujeito, e que, por isso, a sociedade, também do ponto de vista científico, de modo algum só começa ali onde o discurso é sobre ela enquanto tal (MARX, 2011, p. 58-59).

Os conflitos de classe, de gênero, raciais e (acrescentamos) de sexualidade, tendem a ser concebidos, interpretados e enfrentados isoladamente. O modo de produção capitalista (por se constituir como um modo de reprodução social) tem, por meio da ideologia, construído práticas discursivas que nos fazem crer na existência de uma cisão entre ideologia e produção material da vida. Esta cisão contribuiu, por muito tempo, para que teóricos das relações sociais de gênero, que se orientam pela perspectiva crítica materialista-histórica, priorizassem sua apreensão em análises de cunho economicistas.

A partir da década de 1990, tomada pelas políticas e ideologia neoliberal boa parte do movimento feminista, sobretudo o movimento de mulheres brancas e o movimento de mulheres negras acadêmicas, negligenciou a luta anticapitalista. Ao defenderem, apoiarem e alimentarem a ideia de emancipação por meio do empoderamento e empreendedorismo, tornaram líquida a luta de classe e a desvincularam da luta feminista e antirracista.

Josefina Martinez, no capítulo do livro *“Mulheres Negras e Marxismo - Feminismo, Interseccionalidade e Marxismo”* (2021), nos apresenta como a categoria surgida em 1977, no manifesto Coletivo Rio Combahee, apropriado por Kimberle Crenshaw, que buscava complexar as relações de classe na qual se alocavam mulheres e homens negros. Assim como os escritos de Angela Davis (2016, 2017, 2018) e Lelia Gonzales (1995), árduas combatentes do feminismo radical liberal, foram e tem sido usurpada pela reatualização das teorias liberais que indecorosamente, tentam imoralmente rebaixar a teoria marxista revolucionária.

Segundo a autora, Akotirene e Ribeiro são as principais disseminadoras da degenerada apreensão da categoria intersecção. Segundo as mesmas, a Interseccionalidade seria



“sensibilidade analítica, pensada por feministas negras cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, a rigor, focado nos homens negros”, e por isso “visa dar instrumentalidade teórico-metodológica” (MARTINEZ, 2021, p. 255).

A apreensão parcializada de que a realidade de exploração e dominação das mulheres, sobretudo das mulheres negras, se dá primordialmente pela nossa invisibilidade intelectual, apreende o *modus operandi* do capitalismo, não como uma realidade concreta, que deva ser estrutural e institucionalmente derrotada, antes o contrário, deve, na perspectiva de Ribeiro e Akotirene, ser disputado, entretanto tal disputa não ultrapassa os limites dos muros institucionais científicos, visto se tratar apenas de uma disputa teórica e discursiva.

É claro que sabemos e defendemos a necessidade da construção de narrativas e discursos que não naturalizem a violência, a falta de acesso a bens e serviços, que denunciem a ausência de acesso aos direitos sociais, econômicos de sexualidade e saúde reprodutiva, dentre outros, mas compreendemos que, instrumentalmente, diante do poderio dos donos dos meios de produção que como aqui já disse, é preciso compreendermos os mecanismos que mantêm as estruturas de produção e reprodução do capitalismo, sua exploração e correspondente forma de opressão. Trata-se de avançar na “guerra de posições”, com as estratégias e táticas que criem condições para implementação do poder do povo.

A distorção de que a classe seja mais uma forma de opressão e não de que exploração alicerça as opressões é o maior equívoco daqueles/as que de forma deturpada defendem a Interseccionalidade. Destituir a relação capital x trabalho da centralidade das relações sociais e ainda pior, tratá-la apenas como relações interpessoais é descaracterizar o que ganha a burguesia com a apropriação privada do produto excedente da classe trabalhadora e da extração de sua força de trabalho para acumulação da riqueza individual concentrada em 1% da população mundial, prioritariamente homem, branco, heterossexual de origem europeia.

A disposição de Kimberly Crenshaw, ao conceituar a Interseccionalidade como forma de “reconhecer que as mulheres





negras podem vivenciar a discriminação e estas tem formas complexas e que a estrutura conceitual unilateral não permite abordá-las”, possibilitou Hills “definir a interseccionalidade como um conjunto específico de práticas sociais que acompanham nossa história particular no interior de uma matriz de dominação exclusiva caracterizada por opressões interseccionais” (MARTINEZ, 2021, p. 256), cuja superação se daria pela busca da justiça social, emparelhando-se e confluindo-se a outros projetos de “justiça social”.

Além de não considerarem que não é apenas no âmbito da reprodução social, tampouco das relações interpessoais, que as discriminações são utilizadas para gerar, naturalizar e manter as desigualdades sociais, econômicas, políticas, educacionais culturais, dentre outras, também desconsideram ou negligenciam o poder ofensivo do modo de produção capitalista.

Dado que a estrutura de classes é altamente limitativa das potencialidades humanas, há que se renovar constantemente as crenças nas limitações impostas pelos caracteres naturais de certo contingente populacional (contingente este que pode efetivamente variar segundo as condições socioculturais de cada concreção singular da sociedade de classes)

“[...] do ponto de vista da aparência, portanto, não é a estrutura de classes que limita a atualização das potencialidades humanas, mas, ao contrário, a ausência de potencialidades de determinadas categorias sociais que dificulta e mesmo impede a realização plena da ordem social competitiva” (SAFFIOTI, 2013, p. 59).

A condição das mulheres nas sociedades de classe tem sido “vista” por numerosos estudiosos como o resultado da injunção de fatores de duas ordens diversas: de ordem natural e de ordem social.

“[...] Os homens entram na luta com diferenças de raça, de educação, de poder político, de religião, enfim, com diferenças naturais e sociais (de classe) bastante marcadas e de difícil superação. As mulheres, entretanto, contam não somente com as determinações que situam contingentes formados de homens e mulheres numa posição estrutural antagônica à de outros igualmente constituído por homens e mulheres; arcam também com o peso de uma outra determinação: o sexo (SAFFIOTI, 2013, p. 96).



Acreditamos que a perspectiva defendida pelos teóricos marxistas e feministas em geral, que tomam como aporte a Interseccionalidade, incorram na mesma problemática.

De acordo com Hirata (2014, p. 62), a compreensão das relações de gênero, a partir da perspectiva interseccional, surge no início dos anos 1990 nos países anglossaxônicos como herança do Black Feminism, mas nos anos 2000 ganha força, dentro de um quadro interdisciplinar, por KimberléCrenshaw:

A Interseccionalidade é uma proposta para “levar em conta as múltiplas fontes da identidade”, embora não tenha a pretensão de “propor uma nova teoria globalizante da identidade” (Idem, ibidem). Crenshaw propõe a subdivisão em duas categorias: a “Interseccionalidade estrutural” (a posição das mulheres de cor na intersecção da raça e do gênero e as consequências sobre a experiência da violência conjugal e do estupro, e as formas de resposta a tais violências) e a “interseccionalidade política” (as políticas feministas e as políticas antirracistas que têm como consequência a marginalização da questão da violência em relação às mulheres de cor) (cf. Idem, ibidem) (HIRATA, 2014, p. 63).

Conforme nosso grifo, esta categoria já expressa um problema fundamental, pois a construção e instituição de identidades não são fixas, rígidas e/ou imutáveis. As identidades femininas e masculinas são construídas através de atribuições de distintos papéis que a sociedade impõe desde o nascimento a homens e mulheres, delimitando, assim, os campos de atuação com bastante precisão

Para Franklin (2000), a constituição do mundo simbólico pessoal só é possível porque os indivíduos estão socialmente organizados, quer dizer, as concepções de que a realidade do mundo simbólico só se desenvolve socialmente são um processo dialético no qual o indivíduo é coprodutor tanto da sociedade como de si próprio. De acordo com Saffioti (1987), a socialização dos filhos é tradicionalmente atribuída às mulheres. Não obstante, mesmo quando desempenham função remunerada fora do lar, continuam sendo responsáveis pela educação dos filhos e organização da casa. Assim, como também ao homem é atribuído o papel de prover os sustentos da família, mesmo quando este não tem condições.



A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (BILGE, 2009, p. 70 *apud* HIRATA, 2014, p. 64).

Em nossa opinião, para esta perspectiva, as relações de gênero mais do que determinadas pela produção e reprodução da vida subjetiva e material que divide e hierarquiza essas relações, são apreendidas a partir das determinações das relações de poder microsociais apartadas de uma relação com a totalidade na qual o sexo se constituiria também como uma relação social de produção.

De acordo com Hirata (2014), as relações de gênero, raça e classe, apreendidas a partir da perspectiva interseccional, embora importantes, mantêm certa assimetria, uma vez que são influenciadas em sua constituição por uma epistemologia imanentemente opressora⁵.

O nó formado por estas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade composta e nova que resulta desta fusão. “(...) Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa” (SAFFIOTI, 2004).

Por que é importante pensar a opressão de gênero/sexo e raça como simbióticos, consubstanciais, enovelados, constituindo uma forma particular de capitalismo? Para Bebel, de acordo com Saffioti (2004), a inferioridade social da mulher, acrescentamos também da mulher negra, é insuficiente para levá-las à organização de um movimento feminista único. Habitualmente, a questão do feminismo é encarada como um “*problema das mulheres*”, assim como o racismo um “*problema dos negros*”, o que acaba impedindo o avanço da consciência de classe, que precisa ser uma consciência feminista e antirracista. “Essa





perspectiva permite, ainda, que as discriminações não sejam mais atribuídas aos sujeitos específicos [mulheres, negros(as)], mas sejam consideradas problemas de toda a classe” (CISNE, 2014).

De acordo com Cisne (2014, p. 60), “as discriminações do sexo no trabalho não são uma especificidade das mulheres, mas elementos fundamentais que estão na base da dominação da classe operária”. Desta forma, a concepção da consubstancialidade é outra:

O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas e enoveladas ou entrelaçadas em um nó [...] não que cada uma destas condições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica espacial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se a nova realidade. De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relativos distintos. E esta mobilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa a estrutura organização social destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade – novelo patriarcado racismo-capitalismo-historicamente constituída (SAFFIOTTI, 2004, p. 125).

A consubstancialidade tem esse sentido, as opressões não se acumulam, mas se realizam umas nas outras, dando substância e formando o tecido social que chamamos de realidade material. Esse tecido precisa ser entendido na sua totalidade, sendo que seccioná-lo, mesmo com fins analíticos, pode atrapalhar nosso entendimento sobre o dinamismo dos fenômenos. Acreditar e defender que podemos entender a situação das empregadas domésticas primeiro como um assunto de classe, para depois falar do assunto de raça (ou vice-versa), torna o objeto sociológico (no caso, as empregadas) um quebra-cabeça que nunca conta com todas as suas peças.

Em suma, acreditamos que a diferença fundamental seja que a interseccionalidade possibilite a afirmação de que existam eixos de opressão que possuem funcionamento, origem e sentido próprios, que se acumulam para incidir em sujeitos específicos, pois parte da compreensão da inscrição e instituição das identidades como únicas formadoras de delimitação de espaços, formas de ser, agir e estar no mundo, demonstrando que a construção da identidade se dá a partir da diferença.





Destarte, as identidades sociais não são simplesmente definidas, mas construídas por meio de uma imposição hierárquica. Esta imposição não se dá de modo “harmonioso”, ao contrário, se dá através de disputas conflituosas. Estas disputas envolvem aspectos simbólicos e materiais da sociedade. De acordo com Tomaz Tadeu Silva (2000), “[...] a afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo de diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais”. Para o autor, a identidade e a diferença estabelecem conexões com relação ao poder, pois este é capaz de definir a identidade e marcar a diferença.

Aproximação dos mirantes de análises

Por que a aplicação do método materialista histórico-dialético é importante para poder compreender a simbiose, o nó, a consubstancialidade de nossa formação sócio-histórica e sua manifestação cruel, genocida sobre corpos generificados, sexualizados e racializados?

Didaticamente esta resposta pode parecer fácil se não vivenciamos tempos de obscurantismo científico, político e acadêmico, em que a metanarrativa fora substituída pela construção discursiva do “lugar de fala” – que, também, oportunisticamente foi substituída pelo “lugar de dor”. Imaginemos um sistema em que ao invés da diversidade humana, vivenciássemos uma experiência de uniformização tão intensa da singularidade ao ponto de tudo se transformar em neurose, narcisismo e em individualismos; em que a morte de mais de 400 mil pessoas não nos mobilizasse a tomar medidas que pudessem pressionar o Estado, para que este não deixasse pessoas morrerem asfixiadas por falta de oxigênio hospitalar?

Parece um cenário distante e absurdamente bárbaro, não?!

Mas o sistema capitalista, no processo de extração de lucros e não de desenvolvimento das forças produtivas que possibilitasse a divisão social da riqueza, se abastece das necessidades vitais, materiais, objetivas e subjetivas do povo, sobretudo do povo que tem que vender sua força de trabalho.

O método de análise da realidade, neste sentido, cumpre a função de “atravessar” a pseudorrealidade, a aparência do fenômeno, e nos mostrar “partes” mais radicais do processo de exploração e





opressão que sofre o povo generificado, racializado e sexualizado, pois como afirmamos é o sistema capitalista que se amalgama aos sistemas patriarcais e racistas para poder, no desenvolvimento da sua produção, em sua fase monopolista, extrair riqueza e lucro para os donos dos meios de produção e exportar ao capital imperialista.

O método marxista nos possibilita apreender o racismo, patriarcado e sexismo, como constructo social e histórico e não como um dado da natureza. No caso do materialismo histórico e dialético, tais problemas ainda passam a ser vistos não apenas como “problemas teóricos” (ou discursivos), mas nas disputas ideológicas, nas concepções revolucionárias que nos têm levado desde o século passado (século XX) a ampliar a compreensão e vivência das sociedades democráticas.

Tendo por princípio e lógica a própria dialética, tal método nos impõe a constante “ampliação do mirante” do objeto que se pretende analisar. Neste sentido, as explicações econômicas já apresentadas por diversos/as autores/as do marxismo e materialistas histórico-dialético não encerram em si a investigação sobre as particularidades do racismo e do patriarcado no Brasil, antes o contrário, a própria condição de *historicidade* empregada no método nos impõe a necessidade de analisar as diferentes “formações antes de procurar deduzir delas as ideias políticas, jurídicas, estéticas, filosóficas, religiosas etc. que lhes correspondem” (MARX-ENGELS, 2010, p. 107).

Segundo Netto (2011, p. 4), analisar a produção e reprodução social premida apenas pela perspectiva econômica é um reducionismo que nós, marxistas, não podemos nos deixar seduzir. Neste sentido, as dimensões culturais e simbólicas devem ser consideradas, visto que ao desconsiderá-las podemos incorrer num segundo equívoco, o determinismo evolucionista, que a experiência histórica já nos evidenciou não superar as manifestações patriarcais e racistas.

Ao retomar os escritos iniciais da vida de Marx, como a “*Questão Judaica*” e “*Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*”, segundo Neto (2011), sem preconceito Marx parte de elaborações anteriores e passa a analisá-las, mas, não a fim de destruí-las ou ratificar posicionamentos dualísticos, binarizantes, ao contrário, seu exame parte da “racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos,





os seus condicionamentos e os seus limites - ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais (NETTO,2011, p. 18).

Considerando a realidade concreta e as análises de seus antecessores, o método de Marx não resulta de clarividência, de experiência empírica, de lugar de fala, ou dor, mas de uma demorada investigação, pois que, para Marx, a realidade não se evidencia à primeira vista pelas formas dadas pelo objeto que se objetiva analisar. Também a relação empírica estabelecida entre causa e efeito da tradição positivista não manifesta as imbricações que atravessam o objeto. Neste sentido, a aplicação teórica sobre o objeto é uma reprodução ideal do movimento da realidade.

Assim, se tomamos a afirmativa de Silvio de Almeida (2018, p. 22) de que“(...) o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade (...)”,imediatamente, sem considerarmos a estrutura de classe que é o que limitativa do desenvolvimento individual e coletivo, isoladamente tenderíamos a inferir que patológico seria então o sujeito/pessoa que manifesta o racismo; que trataria o racismo, portanto, de uma forma “normal” de desenvolvimento de cultura e que as mudanças que combatem a origem e a constância das manifestações racistas, se processam no âmbito interpessoal.

A mesma lógica, também, por muito tempo se processou no combate ao patriarcado que em sua práxis machista “naturalizava” o feminicídio⁶. Essas perspectivas dicotomizam sociedade civil /economia - público/privado. Mas o movimento de mulheres, ainda na década de 1970, denunciava “o privado também é público”.

Por considerarmos o racismo e o patriarcado enquanto sistemas estruturais que ganham uma forma única e indivisível no sistema capitalista é que o percebemos intrínseco ao funcionamento das instituições públicas e privadas, nas instâncias jurídicas, políticas, educacionais, sociais, econômicas, familiares, sindicais e partidárias.

A transposição de “naturalidade” de funcionamento destas instituições é que impede que a maioria das pessoas e pesquisadores/as enxerguem para além da aparência fenomênica, do empírico.





É inegável que o saber sensível, o tátil, o empírico ao ser humano, é necessário, mas também é inegável que justamente para Ser Humano, em sentido ontológico, portanto social, o sujeito parte de sua corporeidade desenvolvida em um momento histórico determinado, e estas determinações podem nos parecer inerentes à nossa condição física, fisiológica, biológica, entretanto, são os processos de exclusão ou marginalização de participação dos bens e serviços sociais que fez com que partíssemos para um mirante que evidencia nosso corpo como político, ou seja, marcado, por gênero, raça, orientação sexual, etnia, geração, entre outros.

A consciência de pertencimento à diversidade humana, entretanto, tem sido escamoteada ao pertencimento identitário, como se este fosse dar conta da liberdade de que necessitamos, mulheres, LGBTQs, negras, quilombolas, indígenas etc. E, embora, aparentemente na atualidade pareça-nos uma vontade individual, ser negro, mulher, LGBTQ, indígena transformou-se numa compensação, um consolo.

O lugar de fala, que era antes o lugar da representação, do pódio, do consolo, mas também contraditoriamente da subversão, da rebeldia, da radicalidade, da visibilidade da existência daqueles/as excluídos, marginalizados, tem se manifestado no lugar da interdição da própria alteridade e diversidade que se objetivava. Ao invés da destruição do autoritário, o diálogo, ou melhor, o processo dialógico, tornou-se o lugar do arbítrio, da fala abstrata e do silenciamento do outro.

A dor que inerentemente é subjetiva, a demarcação que por sua vez é subjetiva, transformou a arena política no lugar antipolítico. Perdido na dor narcisista, individualista, o ressentimento encontra caminho, a voz é obstruída pela ira, não há mais diversidade, mas uniformidade. Aparentemente novo, a fluidez do sujeito pós-moderno instituído pelo lugar de fala, abstraído pelo lugar de dor, torna-se um rei nu; não há mais porquê lutar contra estruturas sociais, visto que tudo se transformou em relações rarefeitas interpessoais, é o outro - que também sou eu, quem deve ser destruído.

O Estado, enquanto mediador das relações de produção e reprodução social, permanece intacto. Não mais há luta de classe, socialismo, humano genérico, tudo se petrifica um aqui e agora, que enclausura-nos numa mordança invisível em que todos podem falar, às vezes ao mesmo tempo, entretanto sem que nos escute.





Considerações

Intentamos evidenciar neste breve artigo, como aspectos e princípios por nós, profissionais do serviço social, estão duramente sendo atacados; liberdade, democracia e participação política têm sido cada vez restritos ao âmbito das aparências, dada a condição conciliatória do Estado burguês e as defesas da classe dominante, no nosso caso, uma classe burguesa oligárquica que, associada ao capital financeiro, extrai sobrevalor da classe trabalhadora, para tanto se assenta nas diferenças fisiológicas para gestar e naturalizar as desigualdades sociais, políticas, jurídicas e econômicas que inscrevem os “demarcadores” de gênero, raça e sexualidade.

Buscamos através de uma breve apresentação do método materialista histórico-dialético, apresentar como tal método é eficiente para nos aproximarmos dos fenômenos patriarcado, racismo e sexismo que se enovelam no capitalismo, constituindo a base deste sistema sociometabólico que só pode ser destruído e superado se as lutas de combate às opressões, simultaneamente, inscrever-se pela luta anticapitalista. Neste sentido, apontamos como academicamente e cientificamente a produção do conhecimento, ao que pese ao combate as opressões – exploração, tem se distanciado e sido circunscrita pelo discurso fluido da pós-modernidade, em que desaparecem as demandas coletivas, visto a eleição dos direitos individuais que, por natureza, são antitéticos ao próprio sistema capitalista.

Destarte, apontamos o enovelamento, a simbiose ou a consubstancialidade como categorias imprescindíveis àqueles e àquelas que desejam se inserir na luta contra as opressões, pois são estas categorias que apreendem o movimento da realidade, que no sistema de exploração capitalista encontra um sistema único, particular e próprio de opressão. Podendo apenas ser derrubado se combatido simultaneamente.

Buscamos evidenciar que o processo de emancipação humana não prescinde da emancipação política, entretanto no contexto de barbárie que ora atravessamos desde o golpe institucional em 2016, é preciso agarrar com unhas e dentes os parques direitos sociais, políticos, culturais e educacionais por nós, indígenas, LGBTs, negros/as e mulheres, conquistados.



Por fim, queremos considerar que a totalidade não é a soma das partes, mas apresentamos como as particularidades que inscrevem e circunscrevem os sujeitos sociais da classe trabalhadora, comparecem como mediações singulares que nos possibilitam ampliar nossos mirantes analíticos.

Desta forma, se olharmos para a condição das mulheres no contexto da pandemia, não olharemos apenas para o recuo, retrocesso e ataque que sofremos nós, as mulheres, mas o conjunto de toda a classe trabalhadora. Se hoje somamos mais de 53% da chefia dos lares e, ainda assim, recebemos 30 ou 40% a menos do que os homens no exercício do mesmo cargo e função; se 70% dos postos de trabalho que ocupamos estão relacionados aos cuidados (IPEA, 2020); que ocupamos 79% dos postos de trabalho informal, ou seja, mais precarizados; que ainda hoje gastamos 8 horas a mais do que os homens com os cuidados domésticos, o que contribui para gerar sobrecarga psicológica, vemos que quem ganha com a diminuição de nossos salários, com as precárias condições de trabalho e de vida, são os donos dos meios de produção.

E, que, como já dissemos é uma minoria, 1% da população que acumula e concentra toda a riqueza. Assim, fica explícito que a dominação masculina sobre a feminina, do branco sobre o/a negro/a, do heterossexual sobre o LGBT, não se dá preponderantemente na relação cotidiana da interpessoalidade, é claro que à miúdo, no dia-a-dia, nas relações cotidianas, estão naturalizadas, enraizadas, engessadas, mas é nas grandes instituições, na estrutura de um sistema que tem por base a separação do homem dos meios de produção e seu estranhamento “ao fruto do seu trabalho”, que encontramos explicação para perpetuação do estado de coisas, em que tudo muda e nada muda.

Referências

CISNE, Mirla. *Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social*. São Paulo: Ed. Outras Expressões, 2012.

CISNE, Mirla. *Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil*. 2013. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

- CISNE, Mirla. *Feminismo e Consciência de Classe no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2018.
- CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.
- DAVIS, Angela. *Mulher, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, Cultura e Política*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DAVIS, Angela. *A Liberdade é uma Constante*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- DEMIER, Felipe. *Depois do Golpe. A Dialética da Democracia Blindada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X Ed., 2018.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- FRANKLIN, Ricardo Franklin. *Afro-descendente: identidade em construção*. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2000.
- GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- GRAMSCI, Antônio. *A Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- GRAMSCI, Antônio. *Americanismo e Fordismo*. São Paulo: Hedra, 2008.
- GRAMSCI, Antônio. Luta Política e Guerra Militar. In: MAQUIAVEL, Nicolau. *A Política e o Estado Moderno.[S.l.]*: Civilização Brasileira, 1988.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, São Paulo, v. 26, n. 1, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100005>. Acesso em: 30 out. 2018.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducapoliticas/article/view/17383>>. Acesso em: 28 abr. 2022.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Socialismo e democracia no marxismo de Carlos Nelson Coutinho (1943-2012). *Lua Nova*, São Paulo, n. 88, 2013. Disponível em: <Socialismo e democracia no marxismo de Carlos Nelson Coutinho (1943-2012)>. Acesso em: 03 maio 2021.

PARKS, Leticia; ASSIS, Odete; CACAU, Carolina. *Mulheres Negras e Marxismo*. São Paulo: Iskra, 2021.

SANTOS, Silvana M. M. O Pensamento da Esquerda e a Política de Identidade: as particularidades da luta pela liberdade de orientação sexual. 2005. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *O poder do macho*. 9. ed. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mitos e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, Ivone P. M. F. *Questão Social e Serviço Social no Brasil*. Fundamentos sócio-históricos. Cuiabá: UFMT, 2008.

SILVIO, Almeida. *O Que é Racismo Estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

Notas

1 Questão social compreendida como indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre a classe trabalhadora. Forma assumida pelo trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa (IAMAMOTO, 2001, p. 9). ↑

2 Chamamos de residual aqui, o processo de apropriação capitalista dos meios de trabalho. segundo lamamoto (2001), o processo de produção capitalista é uma forma histórica determinada de produção social, este processo determina materialmente as condições de vida da/o trabalhadora/o, mas essa relação é desigual; a obscuridade desta relação desigual autonomiza as propriedades das coisas (fruto do trabalho) que mistificam na sociedade burguesa. ↑

3 Segundo Engels, nasce com a burguesia um modelo de família que lhe será correspondente. Na família nuclear burguesa, as relações entre os sexos estão para além da questão biológica, trata-se da dominação da mulher pelo homem, que por meio do casamento moderno ratificará o poder do patriarca. Tem por nucleação o binarismo e assimetria de gênero e orientação sexual. Acrescentamos pois acreditamos que é também desta origem a heterossexualidade compulsória. ↑

4 Marx (2011) afirma que “[...] as categorias simples são expressões de relações nas quais o concreto ainda não desenvolvido pode ter se realizado sem ainda ter posto a conexão ou a relação mais multilateral que é mentalmente expressa nas categorias mais concretas” (p. 56). Isto, porque o concreto, em sua forma mais complexa, mantém a própria categoria de modo subordinado em sua relação. ↑

5 Homens – os machos – ocidentais, membros das classes dominantes. ↑

6 A palavra feminicídio ganhou destaque no Brasil a partir de 2015, quando foi aprovada a Lei Federal 13.104/15, popularmente conhecida como a Lei do Feminicídio. Isso porque ela criminaliza o feminicídio, que é o assassinato de mulheres cometido em razão do gênero, ou seja, a vítima é morta por ser mulher. ↑



Este número da Revista Praia Vermelha
foi diagramado em maio de 2022
pelo Setor de Publicações e Coleta de
Dados da Escola de Serviço Social da
UFRJ, para difusão online via Portal de
Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte
Montserrat (Medium 13/17,6pt) em
página de 1366x768pt (1:1,77).